

Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

E preciso desconcentrar a tributação da renda nas empresas (Artigo)..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fisco orienta sobre tributação de remessas..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O debate da isenção de dividendos - CRISTIANO ROMERO..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Reação ao estado de emergência..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Apesar de alta na arrecadação, governo registra déficit de R\$ 39,3 bi em maio..... 8

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Economia deve seguir sendo dor de cabeça para campanha de Bolsonaro (Editorial)..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Dívida bruta vai recuar a 69,9% do PIB até 2031, projeta Tesouro..... 10

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Relatório inédito traz receitas e despesas dos próximos 10 anos..... 11

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Agressão à procuradora fere toda a sociedade (Artigo)..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária no radar de Ciro e Tebet..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Presidenciáveis tentam atrair apoio da indústria; Lula não vai a evento..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Candidatos à Presidência defendem reforma tributária..... 16

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cúpula do MDB aprova apoio a Eduardo Leite no RS..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Análises tradicionais não dão conta da imprevisibilidade atual nos mercados..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regras contra a arbitrariedade populista (Artigo)..... 19

Quinta-Feira, 30 de Junho de 2022

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Relator resgata PEC Camicase para tentar blindar governo.....20

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC vê riscos fiscais maiores, mas equilibrados.....22

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STF poderá limitar à Selic correção de débitos de ISS.....23

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ceará desponta como polo de atração de investimento.....24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

R\$ 340 bilhões para a produção agrícola.....25

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Bolsonaro deixa tema da corrupção em 2º plano após escândalo no MEC.....26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

A restrição externa se aproxima (Artigo).....28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Investigação obriga Bolsonaro a agir de olho na reeleição.....30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Nova presidente da Caixa é vista como "braço direito" de Guedes.....31

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA

Comissão aprova orçamento secreto obrigatório.....32

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Estados querem adiar teto de ICMS para 2024.....33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Teto de gasto será inviável a partir de 2027, defende Tesouro.....34

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Economistas alertam para impacto fiscal das medidas.....35

E preciso desconcentrar a tributação da renda nas empresas (Artigo)

Julio Cesar Vieira Gomes *Secretário especial da Receita Federal*
Sandro de Vargas Serpa *Secretário especial adjunto da Receita Federal*
José de Assis Ferraz Neto *Subsecretário-geral da Receita Federal*

O Brasil possui um sistema tributário peculiar, que diverge do mundo em relação à tributação dos dividendos. Dentre os países da OCDE, somente Letônia e Estônia adotam o modelo brasileiro e não tributam a distribuição de lucros. A maioria das economias, inclusive China, Índia, Argentina e Colômbia, utiliza o modelo de tributação dos lucros em duas etapas, com tributação no nível da empresa e na pessoa física.

O modelo brasileiro vem de 1995, quando se optou por concentrar a tributação do lucro no nível da empresa e isentar as distribuições efetuadas às pessoas físicas.

A incidência única do imposto no nível da pessoa jurídica prejudica o reinvestimento na atividade empresarial e tem efeitos negativos sobre a produtividade e a geração de emprego. É ineficiente quanto à atração de investimento estrangeiro. Ao se concentrar a tributação na empresa, o investidor estrangeiro estará sujeito à tributação no nível da pessoa jurídica e, muitas vezes, quando se dá a distribuição dos lucros, também no seu país de residência.

Os demais países seguiram em direção diametralmente oposta a partir da constatação de que a desoneração do capital não acelerou o crescimento econômico, mas sim a desigualdade social. O modelo brasileiro reflete bem essa desigualdade. A isenção concedida contribui para a regressividade, pois aqueles com maior capacidade contributiva acabam por ter uma tributação favorecida quando comparada com a tributação da renda incidente sobre rendimentos em geral das pessoas físicas, como salários e proventos de aposentadoria. Sem mencionar a patológica "pejotização" e proliferação de empresas criadas por contribuintes de alta renda para explorar seu patrimônio e subtributar seus rendimentos.

Essa regressividade está bem demonstrada na análise das declarações de IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) de 2020. Com rendimentos acima de 320 salários mínimos (R\$ 352 mil/mês), há 20.858 contribuintes que, em conjunto, receberam R\$ 230

bilhões de rendimentos isentos. O imposto pago por esse grupo revela uma alíquota média de IR de apenas 1,8%.

As grandes economias adotam um modelo de tributação do lucro em duas etapas (parte na empresa e parte no investidor). Entre 2000 e 2022, houve uma redução média de 9% das alíquotas nominais do IR das empresas entre os países da OCDE. O Brasil não seguiu essa tendência e manteve a alíquota de tributação das empresas no mesmo patamar (34%), bem acima da média dos países da OCDE (23,3%) e do G20 (26,9%). No entanto, como a distribuição de dividendos é isenta, no conjunto das duas incidências o Brasil está abaixo da média da OCDE (41,9%).

A proposta do governo segue a tendência mundial, com desoneração das empresas e do trabalhador, incentivando a produção e promovendo a igualdade. Ataca privilégios hoje usufruídos por poucos, mas cujo ônus é sustentado por todos.

O modelo proposto de tributação dos lucros é simples e adotado por diversos países. Não traz complexidades para a pessoa física e tampouco para a pessoa jurídica. O imposto será retido na fonte quando os dividendos são pagos aos sócios.

Tem-se propagado que o modelo atual teve efeito positivo na redução de litígios e que o novo modelo aumentará a insegurança jurídica. Entretanto o que se constatou foi a alteração nas questões controversas, passando a se concentrar em aspectos para a redução da base de cálculo do IRPJ (Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas) e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), tendo em vista a alíquota de tributação da renda em 34%. Há o incremento em disputas envolvendo práticas para a redução da base de cálculo, tais como ágio, despesa de arrendamentos, preços de transferência...

O projeto encaminhado pelo governo de tributação dos dividendos e redução do IRPJ é uma proposta sólida, de longo prazo, e que pretende promover o crescimento e reduzir a iniquidade tributária existente no país. Cabe à nossa sociedade não perder a oportunidade histórica de discuti-la com maturidade e isenção.

[...] Essa regressividade está bem demonstrada na

análise das declarações de IR de 2020. Com rendimentos acima de 320 salários mínimos (R\$ 352 mil/mês), há 20.858 contribuintes que, em conjunto, receberam R\$ 230 bilhões de rendimentos isentos. O imposto pago por esse grupo revela uma alíquota média de IR de apenas 1,8%

Julio Cesar Vieira Gomes

Secretário especial da **Receita Federal**

Sandro de Vargas Serpa

Secretário especial adjunto da **Receita Federal**

José de Assis Ferraz Neto

Subsecretário-geral da **Receita Federal**

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

5

Fisco orienta sobre tributação de remessas

Laura Ignacio De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260

O debate da isenção de dividendos - CRISTIANO ROMERO

CRISTIANO ROMERO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260?page=1§ion=1

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
O debate da isenção de dividendos

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260?page=1§ion=1

Reação ao estado de emergência



taísa medeirosainá andrade

A reação dos senadores a um dos artigos na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 1/2022, que estabelece o estado de emergência no país, fez com que a votação da proposta, que estava prevista para ontem no Plenário, fosse adiada. Isso porque o trecho abre margem para interpretação e não deixa claro os limites concedidos para viabilizar a concessão de benefícios sociais a praticamente quatro meses da eleição.

A expectativa é de que a PEC possa ser votada hoje, depois que o relator, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), anunciou a retirada do artigo depois de "notar um desconforto de que o estado de emergência possa abrir portas para outras iniciativas".

O texto suprimido dizia que, diante do estado de emergência, deve ser observada "a não aplicação de qualquer vedação ou restrição prevista em norma de qualquer natureza". O senador Jean Paul Prates (PT-RN) leu o trecho e afirmou não entender precisamente do que se tratava.

"Qual é a lei brasileira que tem uma frase dessas? Nós vamos passar isso aqui sem nem saber do que se trata", protestou o petista.

Apesar da supressão prometida por Bezerra, a dúvida ainda não tinha sido dissipada. O senador Eduardo Braga (MDB-AM) foi um dos que questionaram.

"Pelo que entendi agora, vai ser suprimido o inciso 4º, que era, sem dúvida nenhuma, um cheque em branco. Minha grande dúvida neste momento é se somente isso (a retirada do trecho) sana a questão jurídica", explicou.

Mudanças

Apesar de o ano eleitoral proibir a criação e execução de pacotes de bondades voltados para a população, os casos de calamidade pública ou emergência abrem a brecha para que sejam concretizados. Inicialmente, na PEC 16, a dos Combustíveis, o governo injetaria R\$ 29,6 bilhões para o aumento do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, o reajuste do vale-gás e o "voucher caminhoneiro" de R\$ 1 mil. Mas, com a PEC 1/22 - que substituiu a 16 -, essa conta pulará para R\$ 38,7 bilhões. A nova proposta inclui até a compensação financeira das empresas de ônibus com a gratuidade dos idosos no transporte público urbano - algo já embutido nas tarifas - e o ressarcimento do etanol para os estados.

De acordo com parlamentares governistas, as modificações foram articuladas por Bezerra, escolhido pela boa articulação com os aliados e a oposição, em conjunto com a nova presidente da Caixa, Daniella Marques Consentino - até o começo do dia de ontem secretária de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia e braço direito de Paulo Guedes. Segundo o relator da PEC, "o governo está operando no azul" para poder baixar o pacote de bondades.

"É triste perceber que o governo só descobriu essa emergência a menos de 100 dias das eleições. O povo brasileiro está desde o final do ano passado passando fome. O Auxílio (Brasil) era insuficiente e não se deram conta. Agora, a pouco mais de 90 dias das eleições, de repente, o presidente Jair Bolsonaro percebeu que tinha emergência", criticou o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Contas aprovadas com ressalvas

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, ontem, com ressalvas, as contas do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) relativas a 2021. O relator, ministro Aroldo Cedraz, foi acompanhado de forma unânime pela Corte.

Agora, o processo segue para análise do Congresso, que tem a palavra final sobre a aprovação. As principais ressalvas são relacionadas ao desvio de recursos da **seguridade social** para ações de educação; pagamento de aposentadorias com dinheiro do ensino; e não previsão de dinheiro para o enfrentamento da pandemia de covid-19.

Apesar de alta na arrecadação, governo registra déficit de R\$ 39,3 bi em maio



A CVC Corp embarca
ANTONIO TEMÓTEO CÉLIA FROUFE BRASÍLIA

Mesmo com o crescimento registrado na arrecadação de **tributos** federais, as contas do governo central ficaram no vermelho em maio. No mês passado, a diferença entre o que o governo arrecadou e o que gastou ficou negativa em R\$ 39,35 bilhões. O resultado vem depois de um superávit de R\$ 28,6 bilhões em abril.

O resultado corresponde às contas do Tesouro Nacional, da **Previdência Social** e do Banco Central. Foi o pior desempenho para o mês desde 2020, quando houve um rombo de R\$ 126,6 bilhões.

Em maio, as receitas tiveram alta real (descontada a **inflação**) de 5,6% em relação a igual mês do ano passado.

Já as despesas subiram mais - 7,9%, já descontada a **inflação**.

Na parcial do ano, porém, o saldo continua positivo. Nos cinco primeiros meses de 2022, o total de receitas do governo supera o total de despesas em R\$ 39,2 bilhões - o melhor resultado desde 2011.

Em igual período do ano passado, esse mesmo resultado estava positivo em R\$ 19,9 bilhões.

Já em 12 meses até maio, as contas apresentam um rombo de R\$ 21,3 bilhões - equivalente a 0,26% do **PIB**. A meta fiscal para este ano admite um déficit de até R\$ 170,5 bilhões, mas a equipe econômica espera fechar o ano com um rombo de R\$ 65,9 bilhões, conforme projeção divulgada pelo Ministério da Economia.

APOSENTADOS. O secretário do Tesouro, Paulo Valle, afirmou que a mudança no calendário para o pagamento do 13.º salário dos beneficiários do **INSS** levou ao crescimento das despesas em maio.

O governo decidiu concentrar esses repasses a aposentados e pensionistas em abril e maio. Com isso, desembolsou R\$ 20,7 bilhões extras no mês passado com benefícios previdenciários.

Valle ainda destacou que maio foi marcado pelo crescimento de todas as receitas, diante do aumento da arrecadação.

Entretanto, a receita líquida diminuiu diante de uma transferência extraordinária de R\$ 7,7 bilhões decorrente de repasses para Estados e municípios após o resultado de leilões de campos de petróleo.

Resultado

7,9% foi a alta das despesas, puxadas pela antecipação de benefícios previdenciários, em maio

R\$ 21,3 bi é o déficit acumulado em 12 meses até maio. A meta fiscal admite déficit de até R\$ 170,5 bilhões em 2022, mas o governo quer fechar com R\$ 65,9 bilhões

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Economia deve seguir sendo dor de cabeça para campanha de Bolsonaro (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dívida bruta vai recuar a 69,9% do PIB até 2031, projeta Tesouro

Estevão Taiar De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260?page=1§ion=1

Relatório inédito traz receitas e despesas dos próximos 10 anos

Pela primeira vez, o Tesouro divulgou o Relatório de Projeções Fiscais, com estimativas de receitas e de despesas para os próximos dez anos.

O relatório passará a ser publicado a cada seis meses. Segundo o documento, o Governo Central - Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central - deve encerrar 2022 com receitas brutas de 22,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

As receitas líquidas - receitas brutas menos as transferências para Estados e municípios - somarão 17,7% do **PIB**. As despesas totais deverão alcançar 18,3% do **PIB**. A projeção considera o desconto de R\$ 10 bilhões necessário para cumprir o teto de gastos. Com isso, o Governo Central encerraria 2022 com déficit primário de 0,6% do **PIB** - valor que constava do projeto de lei original para este ano.

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16778>

Agressão à procuradora fere toda a sociedade (Artigo)

Artur Marques da Silva Filho

A agressão física e moral contra Gabriela Samadello Monteiro de Barros, procuradora-geral do município paulista de Registro, perpetrada por seu colega e subordinado Demétrius Oliveira Macedo, é um inaceitável ato de violência. Por isso, merece sanções administrativas civis e jurídicas condizentes com sua gravidade.

A motivação do crime demonstra uma tendência de indisposição do agressor contra mulheres. Ele simplesmente desferiu socos e pontapés na procuradora pelo fato de ela ter cobrado providências para esclarecer atitudes de "grosseria" dele com outra funcionária do setor. Este aspecto, em particular, merece atenção das autoridades e todos os que estudam a questão, pois a agressividade contra o sexo feminino parece expressar um comportamento repetitivo, em boa parte dos casos.

É lamentável que, no âmbito do setor público, que presta inestimáveis serviços à população e deve ser exemplo para todos, ocorram fatos como esse. O problema, porém, é muito mais amplo e grave, pois se insere num contexto social no qual se observa preocupante crescimento do número de agressões contra mulheres no Brasil.

A maioria da população feminina (86%) percebeu um aumento na violência contra o gênero em 2021, segundo pesquisa do Instituto Data-Senado. Ademais, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 reporta que ocorreram 1.319 feminicídios no país em 2021, um caso a cada sete horas. São estatísticas gravíssimas, que revelam a necessidade de ampliação e sistematização do combate às agressões físicas e morais, aos estupro e ao assassinato de mulheres.

O Brasil, segundo distintas fontes, é um dos países nos quais esses intoleráveis atos são mais graves e recorrentes, atingindo toda a sociedade, principalmente as pessoas mais vulneráveis e de menor renda. Os relatos de agressões e feminicídios mostram que os crimes acontecem nos lares, nas famílias, nos espaços públicos e no ambiente de trabalho, como foi o caso agora ocorrido em Registro. Trata-se de uma expressão grosseira e boçal de machismo, que fere moralmente toda a população feminina e os brasileiros de boa fé.

As agressões contra mulheres incluem-se num processo que vem sendo retroalimentado em nosso país pelo discurso de preconceito e discriminação não apenas de gênero, como também contra a população LGBTQ+ e outras minorias. A sociedade e o poder público precisam mobilizar-se de modo mais responsável e engajado no combate a essa barbárie, com mais ações afirmativas, campanhas públicas de esclarecimento, orientação nas escolas e punição legal exemplar de todos os que cometem esses crimes contra a dignidade humana!

Artur Marques da Silva Filho, Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPEP)

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/30/06/2022/p1>

Reforma tributária no radar de Ciro e Tebet

Diante de uma plateia de empresários, os pré-candidatos à Presidência Simone Tebet (MDB) e Ciro Gomes (PDT) se comprometeram, ontem, com uma **reforma tributária**. Ao participarem da sabatina da Confederação Nacional da Indústria (CNI), os dois colocaram o assunto como prioritário.

A senadora, porém, disse que se empenharia em fazer a reforma nos seis primeiros meses de seu eventual governo. Ela salientou que é preciso priorizar a redução de **impostos** sobre a produção, com maior taxaço do consumo. Defendeu, também, a criação de um fundo regional de desenvolvimento para estimular a atração de investimentos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Tebet voltou a propôr a criação do Ministério do Planejamento e Orçamento, segundo ela instrumento capaz de retomar a capacidade do governo federal de formular políticas de aplicação de recursos públicos. "Arrecadamos muito, mas arrecadamos mal. Gastamos muito e gastamos mal", disse ela à plateia de empresários.

A senadora também defendeu a agenda socioambiental, que assegura investimentos na chamada economia verde, na sustentabilidade. "O Brasil precisa mostrar para o mundo que nós não pensamos como o presidente da República (referindo-se a Jair Bolsonaro). Temos que provar que nosso agro é sustentável, que nossa indústria está comprometida com a sustentabilidade. Temos condições de recolocar o Brasil no centro da geopolítica mundial com a economia verde", afirmou.

Já Ciro, além de não poupar críticas ao patamar atual da taxa básica de juros no Brasil - que está em 13,25% ao ano, algo que considera "equivocado" -, foi enfático que sem uma **reforma tributária** o país continuará convivendo com uma carga de **impostos** que "joga mais de 50% das empresas do país na informalidade".

Ciro lembrou que, no Brasil, existem "seis tipos de imposto sobre valor agregado", enquanto "o resto do mundo tem apenas um". Ele, porém, não se comprometeu com um prazo para elaborar, votar e aprovar essa reforma.

O pedetista defendeu o fim da reeleição presidencial - "temos que abrir mão da reeleição e fazer o que tem que fazer", afirmou. Ciro defendeu uma política de estímulo ao crédito para o consumo e o financiamento

de empresas, que estão com taxas de endividamento "elevadíssimas".

"O emprego e a renda estão deprimidos e em níveis recordes. A renda está em seu pior momento e, se não tem emprego, a única política pública é no crédito popular, pois 77,8% das famílias estão no recorde de seu endividamento. A mesma coisa para as empresas. Os empreendedores e empresários estão à beira do calote com o patamar de juros, que é impagável", disse. (CN, IS, RH e VD)

Presidenciáveis tentam atrair apoio da indústria; Lula não vai a evento



Os principais pré-candidatos à Presidência cumpriram nos últimos dias agendas de encontro com empresários. Em um cenário no qual a economia deverá estar no centro do debate eleitoral deste ano, três presidenciáveis participaram ontem de um evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O presidente Jair Bolsonaro (PL), Simone Tebet (MDB) e Ciro Gomes (PDT) prestigiaram o ato da indústria, em Brasília.

Líder nas pesquisas de intenção de voto, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não compareceu.

Antes resistente a encontros com representantes da elite econômica, o petista adotou recentemente nova postura e passou a se reunir reservadamente com o empresariado.

A retomada econômica em um contexto de **inflação** e desemprego elevados, além da consequente perda do poder aquisitivo da população, pautou os debates na CNI. A indústria nacional, conforme dados oficiais, enfrenta processo decrescente da fatia no Produto Interno Bruto (**PIB**) - fechou em 22,5% em 2021, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao se reforçar como alternativa à polarização política, Simone disse que tem otimismo com a recuperação econômica do Brasil e afirmou que o País precisa, com

urgência, sair "do mapa da fome". Em respostas a empresários e representantes da indústria, a emedebista se comprometeu a concretizar a **reforma tributária** nos seis primeiros meses de governo, caso seja eleita.

Simone mencionou o que classifica como "demora dos governos do PT" em fazer parcerias com a iniciativa privada.

"A iniciativa privada, por meio da indústria, tem condições de gerar os empregos necessários para a população, e o governo precisa fazer sua parte." CRÉDITO. Ciro reiterou que, entre os seus projetos para a retomada econômica do País, está a criação de uma política pública de crédito popular para a população, além de um fundo de reestruturação de crédito empresarial.

Segundo ele, é preciso recuperar o consumo familiar.

"Emprego e renda vêm depois que o País cresce, e hoje estão deprimidos os dois em nível recorde", afirmou, ressaltando a necessidade de uma política de reestruturação de crédito para as empresas. "O governo impõe um juro tão impagável que hoje 6 milhões de empresas estão no Serasa." Pré-candidato à reeleição, Bolsonaro apelou para o discurso do medo da volta do PT ao poder e repetiu críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente disse que o Brasil sofre uma "ameaça de mudar de cor", em referência ao vermelho da bandeira petista, e afirmou que o País pode se tornar uma Venezuela.

JANTARES. Ausente da solenidade da CNI, Lula tem feito rodada de jantares com empresários nas últimas semanas, para romper mal-estar gerado entre o **PIB** e o PT, cultivado especialmente após o segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff. Na próxima semana, Lula e seu candidato a vice, Geraldo Alckmin (PSB), irão à Fiesp apresentar o plano de diretrizes de governo para o presidente da entidade, Josué Gomes.

Anteontem, o petista participou de um jantar na casa do advogado Sérgio Renault, nos Jardins, em São Paulo. O tom do encontro não foi o de sabatina, mas de uma reunião informal.

Lula ficou em uma roda de conversa com os empresários Candido Pinheiro (Hapvida), Carlos

Sanchez (EMS), José Eduardo de Lacerda Soares (Arsenal), João Camargo (Esfera) e Wilson Quintella Filho, ex-presidente da Estre Ambiental.

Cerca de 30 pessoas estavam presentes, uma parte delas levada por Lula, como o economista Gabriel Galípolo, o ex-ministro Aloizio Mercadante e o deputado estadual Emídio de Souza. O ex-presidente prometeu que seu governo não trará surpresas no âmbito econômico. "Nunca rasguei um contrato", afirmou.

Petista volta a falar em regular meios de comunicação

Pré-candidato do PT ao Palácio do Planalto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender, ontem, a regulação dos meios de comunicação no País. À Rádio Educadora de Piracicaba, o petista afirmou que o processo garantiria "melhor direito de resposta".

"Quem vai regular é a sociedade brasileira, não vai ser o presidente da República.

Vamos ter de convocar plenárias, congressos, palestras; e a sociedade vai dizer como tem de ser feito para a gente poder democratizar, regular melhor o direito de resposta", afirmou. O direito de resposta é garantido por lei aprovada em 2015.

Na entrevista, Lula disse que a regulação deveria focar nos meios de comunicação concedidos pelo Estado, como televisões e rádios.

Como mostrou o Estadão, a última prévia de programa de Lula, divulgada em junho, incorporou menção à punição a ataques à imprensa e a jornalistas, e voltou a tratar da chamada "democratização de meios de comunicação".

O debate sobre regulação - ou controle social da mídia - é uma bandeira histórica do PT.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Candidatos à Presidência defendem reforma tributária

Fabio Murakawa, Andréa Jubé e Matheus Schuch De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260?page=1§ion=1

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Candidatos à Presidência defendem [reforma tributária](#)

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260?page=1§ion=1

Cúpula do MDB aprova apoio a Eduardo Leite no RS

**GUSTAVO SCHMITT, CAMILA ZARUR E EDUARDO
GONÇALVES** *politica@oglobo.com.br* SAO PAULO
EBRASÍL1A

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Análises tradicionais não dão conta da imprevisibilidade atual nos mercados

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260

Regras contra a arbitrariedade populista (Artigo)

Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260?page=10§ion=2

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Regras contra a arbitrariedade populista

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260?page=10§ion=2

Relator resgata PEC Camicase para tentar blindar governo

Lucas Marchesini e Renato Machado Brasília

O Senado decidiu abandonar completamente a PEC dos Combustíveis e resgatar em seu lugar a chamada PEC Camicase, para conceder benefícios que terão um custo extra de R\$ 38,75 bilhões.

A troca poderia blindar o governo Jair Bolsonaro (PL) de questionamentos jurídicos por conceder novos benefícios em ano de eleição, o que seria uma infração da legislação eleitoral.

A PEC dos Combustíveis (PEC 16) foi proposta pelo líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), enquanto a PEC Camicase (PEC 1) é de autoria do senador Carlos Fávaro (PSD-MT) e Alexandre Silveira (PSD -MG).

Pelas medidas transferidas agora para a PEC Camicase, o governo pretende destravar programas sociais, identificados pela campanha de Bolsonaro como fundamentais para recuperar a desvantagem nas pesquisas de intenção de voto para presidente, liderada por Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O principal alvo é zerar a fila do programa Auxílio Brasil, além de aumentar para R\$ 600 o valor do benefício neste ano. Para permitir a elevação de gastos em ano eleitoral, a estratégia será decretar estado de emergência.

A decretação é necessária do ponto de vista legal para criar um programa novo, que é o auxílio para os caminhoneiros autônomos. O programa pagará R\$ 1.000 para os transportadores autônomos cadastrados na ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) até 31 de maio. O custo é de R\$ 5,4 bilhões.

Serão beneficiados cerca de 870 mil profissionais, registrados até a data de corte de 31 de maio. O relator decidiu não incluir na proposta o pagamento também para caminhoneiros ligados a transportadoras, como chegou a ser discutido.

O senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que era o relator da PEC dos Combustíveis e vai relatar o novo texto, afirmou que a decretação de emergência vai valer apenas para os benefícios previstos na proposta de emenda e que não será um "cheque em

branco".

Segundo ele, a mudança foi articulada com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PS D-MG). A votação era esperada para esta quarta (29), mas os senadores não se convenceram de que o texto não se configuraria em um cheque em branco para o governo. Por isso, pediram e obtiveram o adiamento da votação da proposta, prevista agora para esta quinta-feira (30).

O ponto mais polêmico estabelecia que as medidas não estariam sujeitas a "qualquer vedação ou restrição prevista em norma de qualquer natureza".

Durante a sessão em que ocorreria a votação, muitos senadores protestaram e o relator concordou em retirar o dispositivo. Mesmo assim, ainda havia dúvidas sobre a falta de restrições e por isso houve o adiamento.

"Me parece, pelos pronunciamentos, que todos concordam com as medidas que estão sendo colocadas, desde que haja segurança em relação a não se tratar de um cheque em branco que seja expressão pura de irresponsabilidade fiscal, o que não faríamos no Senado Federal", afirmou Pacheco, ao decidir pelo adiamento.

A PEC dos Combustíveis previa inicialmente repasses de R\$ 29,6 bilhões em compensação para estados que optassem por zerar as alíquotas de **tributos** sobre os combustíveis.

Na semana passada, no entanto, governo e lideranças do Senado começaram a articular a transformação da proposta, em um pacote de benefícios. O principal argumento era a falta de sinalização por parte dos estados de que reduziriam os **impostos** para obter a compensação.

A PEC 1, por sua vez, havia sido apresentada em fevereiro para tentar socorrer os profissionais impactados com a alta dos preços dos combustíveis. Ela passou a ser chamada de Camicase porque seu impacto seria superior a R\$ 100 bilhões.

O relatório de Bezerra será, portanto, atrelado à PEC 1, mas ele vai apresentar um novo texto -chamado de substitutivo, no processo legislativo- e que, portanto, não vai conter as medidas previstas na PEC

Camicase.

"A PEC 16 perdeu seus objetivos. Analisando a apresentação de outras matérias conexas, se identificou que a PEC 1 do senador Carlos Fávaro (PSD-MT) e Alexandre Silveira (PSD-MG) tinha mais a ver com o espírito que hoje domina dentro do Senado, que é o da concessão desses benefícios", afirmou Bezerra.

O maior gasto dentro das medidas anunciadas é o de zerar a fila do Auxílio Brasil e aumentar em R\$ 200 o valor do benefício até o fim do ano. Com isso, 1,6 milhão de famílias passarão a ser atendidas pelo programa turbinado. O custo total é de R\$ 26 bilhões.

A PEC também dobra o valor do auxílio-gás, que passa a ser de R\$ 120 a cada dois meses. Até o momento, ele é cerca de R\$ 60 por bimestre. O custo da medida é de R\$ 1,05 bilhão.

Outros R\$ 2,5 bilhões vão para a gratuidade para idosos no transporte municipal e os R\$ 3,8 bilhões foram reservados para que estados produtores de etanol possam compensar desonerações no combustível.

O Senado já aprovou no início deste ano proposta prevendo a gratuidade no transporte público municipal. Na ocasião, prefeitos diziam que a medida era vista como essencial para evitar o "tarifaço", o reajuste da tarifa de transportes.

A proposta, no entanto, acabou engavetada pela Câmara dos Deputados. Além do transporte urbano e metropolitano, o montante contempla repasses também para os sistemas de transporte público semiurbano, inclusive o existente entre municípios de uma mesma Ride (Região Integrada de Desenvolvimento Econômico), como o existente no entorno do Distrito Federal.

Medidas propostas na PEC Camicase

AUXÍLIO BRASIL

Ampliação de R\$ 400 para R\$ 600 neste ano e governo promete zerar a fila Custo: R\$ 26 bilhões

AUXÍLIO A CAMINHONEIROS

Benefício de R\$ 1.000 será pago a caminhoneiros autônomos cadastrados na ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) até 31 de maio Custo: R\$ 5,4 bilhões

AUXÍLIO-GÁS

Valor do benefício pago a cada dois meses vai dobrar, para cerca de R\$ 120 por bimestre.

Hoje, o benefício é de 50% do valor médio do botijão de 13 kg (considerando a média dos últimos seis meses) Custo: R\$ 1,05 bilhão

TRANSPORTE GRATUITO PARA IDOSOS

Autorizar repasse de verba para garantir a gratuidade para idosos no transporte público municipal e intermunicipal, em regiões metropolitanas. Gratuidade, prevista em lei, já está em vigor atualmente Custo: R\$2,5 bilhões

ETANOL

Repasse a estados para compensar cortes em alíquotas de **tributos** sobre o etanol e manter a competitividade do combustível na comparação com a gasolina Custo: R\$3,8 bilhões

ESTADO DE EMERGÊNCIA

Decretação possibilita o pagamento de novos benefícios, como o auxílio para caminhoneiros, mesmo em ano de eleição. Visa proteger o governo em casos de questionamentos jurídicos por infração à legislação eleitoral

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49958>

BC vê riscos fiscais maiores, mas equilibrados

Análise Alex Ribeiro De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260

STF poderá limitar à Selic correção de débitos de ISS

Bárbara Pombo De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260

Ceará desponta como polo de atração de investimento

Chico Santos Para o Valor, do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260

R\$ 340 bilhões para a produção agrícola



JOÃO GABRIEL FREITAS*ISADORA ALBERNAZ*

O governo anunciou ontem que o plano de financiamento da produção agropecuária 2022/2023, que começa em julho, terá R\$ 340,8 bilhões. O montante representa um aumento de 36% em relação ao último plano safra, cujo valor foi de R\$ 251 bilhões. Os números foram apresentados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), ontem, em evento que contou com a participação do presidente Jair Bolsonaro (PL).

"Com o plano, o Brasil faz sua parte para atender à demanda por alimentos. Temos tudo para chegar a 300 milhões de toneladas de grãos na próxima safra", disse o ministro da Agricultura, Marcos Montes.

Nos próximos 12 meses, o sistema financeiro disponibilizará R\$ 246,3 bilhões para custeio e comercialização, uma alta de 39% em comparação à safra anterior. Além disso, R\$ 94,6 bilhões serão destinados para investimentos, o que representa um crescimento de 29%.

Juros

O maior incremento virá da oferta de crédito com taxas de juros de mercado, que deve chegar a R\$ 145,18 bilhões, uma alta de 69% em relação aos R\$ 86 bilhões do ciclo que está terminando.

Com juros controlados, aqueles que mais impactam positivamente os pequenos e médios produtores, serão R\$ 195,7 bilhões, 18% a mais do que na safra 2021/22. Deste montante, R\$ 115,8 bilhões terão

taxas de juros equalizadas pelo Tesouro Nacional, valor 31% maior do que no ciclo vigente.

A equalização de juros era uma das preocupações do setor, pois a **inflação** aumentou os custos de forma generalizada no campo. As taxas ficaram abaixo da Selic em todos os programas do plano, variando de 5% a 12% ao ano. As maiores taxas são as dos programas Moderagro (voltado à modernização das propriedades agrícolas) e Moderfrota (que financia tratores e colheitadeiras). Eles terão juros de 10,5% e 12%, respectivamente. As menores taxas serão das do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), fixadas entre 5% e 6% ao ano.

Os recursos destinados ao Pronaf, que beneficia pequenos produtores, somam R\$ 53,61 bilhões, alta de 36% em relação ao último período. Já o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), receberá R\$ 43,75 bilhões (28%) Entre as linhas de crédito voltadas a investimentos de longo prazo no setor, o governo deu prioridade, como previsto, a programas relacionados à sustentabilidade na atividade agropecuária, inovação e armazenagem.

Criado em 2003, o Plano Safra é lançado todos os anos em junho - data escolhida devido ao calendário agrícola - e tem como objetivo estimular a produção nacional no campo.

* Estagiários sob a supervisão de Odail Figueiredo

Bolsonaro deixa tema da corrupção em 2º plano após escândalo no MEC



O presidente Jair Bolsonaro (PL) durante lançamento do Plano Safra, em Brasília. Pedro Ladeira/Folhapress

Marianna Holanda e Julia Chaib Brasília

Em meio ao escândalo no MEC (Ministério da Educação), que resultou na prisão do ex-ministro Milton Ribeiro por um dia, integrantes da pré-campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) têm defendido que a corrupção seja um tema colocado em segundo plano na discussão eleitoral.

A estratégia de comunicação foi discutida no próprio dia da prisão de Ribeiro, na semana passada, em reuniões no Planalto das quais participaram os principais aliados. A investigação sobre a montagem de um balcão de negócios no MEC se tornou um duro golpe no discurso anticorrupção de bolsonaristas.

O próprio presidente fez nova mudança de discurso sobre esse tema nesta quarta (29), quando admitiu que pode haver casos de desvio de verba pública no governo federal.

Bolsonaro costumava descartar a possibilidade de existirem episódios de corrupção no governo. Agora, complementou sua frase tradicional e disse que podem existir desvios, mas que não há "corrupção endêmica" na sua gestão.

"No governo, não temos nenhuma corrupção endêmica. Tem casos isolados que pipocam e a gente busca solução", afirmou a empresários em evento da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

De acordo com integrantes da pré-campanha de Bolsonaro, pesquisas do PL têm mostrado que a corrupção não é, atualmente, um fator preponderante

no debate para os eleitores na hora do voto.

Eles passaram a defender que a principal preocupação no país é com temas como fome, combustíveis e **inflação**. Dessa forma, há menos apelo ao fato de o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de ex-ministros petistas terem sido presos na Lava Jato.

Uma ala da campanha tem defendido que Bolsonaro reduza falas sobre esse tema e tente focar na apresentação de uma agenda positiva. A leitura é que dar centralidade ao assunto corrupção não trará votos adicionais e pode desgastar o presidente.

A pauta anticorrupção chegou a ser amplamente debatida nos últimos pleitos, com capacidade grande de influenciar votos e potencial de desgastar o PT, diante de acusações contra governos do partido.

Após bater nessa tecla por anos, Bolsonaro pode ser alvo agora de nova CPI -senadores articulam a instalação de comissão para apurar as suspeitas na pasta da Educação.

Ao longo do mandato, Bolsonaro vinha repetindo que não havia corrupção em seu governo. Diante de uma série de suspeitas, em maio deste ano o presidente já havia adaptado seu discurso ao falar não haver nenhuma "denúncia consistente" em seu governo. Agora, menciona ausência só de "corrupção endêmica".

Bolsonaro se beneficiou da pauta anticorrupção em sua eleição em 2018, apesar de terem vindo à tona antes mesmo da campanha episódios como a existência de uma funcionária fantasma por 15 anos em seu gabinete de deputado -caso revelado pela Folha.

O presidente, seus familiares e seu governo acumulam uma série de casos de suspeita de corrupção, além de colecionarem tentativas de barrar investigações e esvaziar instituições de fiscalização.

Uma estratégia discutida na campanha é a de, cada vez que surgir uma acusação, Bolsonaro retrucar dizendo que nos governos petistas a corrupção foi maior. Aliados também dizem que Bolsonaro deve argumentar que não interferiu na Polícia Federal, tanto

que Milton Ribeiro foi preso.

A pesquisa Datafolha divulgada na quinta-feira (23) mostra um cenário estável, com Lula 19 pontos à frente de Bolsonaro. O petista marca 47% de intenções de voto, contra 28% do atual mandatário.

Apesar de reconhecerem ser muito ruim a interceptação telefônica que sugere que Ribeiro passou a suspeitar que seria alvo de busca e apreensão após uma conversa com Bolsonaro, aliados do presidente tentaram minimizar esse episódio dizendo que isso ainda não é suficiente para comprometê-lo.

Em conversa em 9 de junho com sua filha, Ribeiro disse que falou com Bolsonaro naquele dia e que o presidente lhe contou estar com "pressentimento" de que iriam atingi-lo por meio da investigação contra o ex-ministro.

Treze dias depois, Ribeiro se tornou o primeiro ex-ministro de Bolsonaro a ser preso.

Assessores do presidente dizem acreditar que a situação econômica ruim cria um ciclo de rejeição, de forma que qualquer pauta negativa e atribuída ao presidente.

A intenção, então, é montar uma ofensiva chamada por aliados de agenda positiva. A pedido da equipe de reeleição, foi feito um levantamento de entregas e programas que podem ser usados na comunicação da campanha.

Diante da maior preocupação com combustíveis e pobreza, o governo federal quer ampliar o valor do Auxílio Brasil para R\$ 600, além de conceder um vale para caminhoneiros e dobrar o vale-gás.

Exemplo dessa nova estratégia é que o presidente passou a citar mais números em suas entrevistas, como ocorreu em conversa com a rádio Itatiaia nesta semana.

Um vídeo curto editado das respostas de Bolsonaro, falando de empregos gerados, beneficiários do Auxílio Brasil e Lei da Liberdade Econômica, foi publicado nas redes sociais do mandatário. Isso ocorreu no mesmo dia em que foi divulgada a gravação em que Ribeiro indica interferência de Bolsonaro na PE. A prisão do ex-ministro não apenas prejudicou o discurso anticorrupção do governo como deixou o presidente em uma saia justa por ter dito no passado que colocaria a cara no fogo por Ribeiro.

Depois, em sua live semanal, ele disse que exagerou ao usar a expressão, mas que o ex-ministro não

deveria ter sido preso -e que colocaria a mão no fogo por ele. A leitura de que a prisão preventiva foi equivocada foi repetida por bolsonaristas e pelo entorno do presidente.

O advogado de Bolsonaro Frederick Wassef foi além: ele afirmou, na sexta-feira (24), que não houve conversa entre o presidente e o ex-ministro; e que caberá a Ribeiro explicar o "uso indevido" do nome do presidente.

"Não existe nada entre o presidente e o ex-ministro. Eles não têm contato, eles não se falam", disse Wassef.

"Se o ex-ministro usou o nome do presidente Bolsonaro, usou sem seu conhecimento, sem sua autorização. Ele que responda. Compete ao ex-ministro explicar por que é que ele usa de maneira indevida o nome do presidente da República", afirmou o advogado.

"No governo, não temos nenhuma corrupção endêmica. Tem casos isolados que pipocam e a gente busca solução" Jair Bolsonaro (PL) presidente da República, em palestra para empresários durante evento da CNI (Confederação Nacional da Indústria)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=4995>

A restrição externa se aproxima (Artigo)

Solange Srour Economista-chefe de Brasil do banco Credit Suisse. É mestre em economia pela PUC-Rio

Depois de um longo período menosprezando a resiliência da **inflação**, os bancos centrais mais importantes do mundo finalmente começaram a reagir. O Fed acelerou o ritmo de altas de juros de 0,50 para 0,75 pontos percentuais, reconhecendo que evitar uma recessão será tarefa árdua. O banco central da Suíça subiu os juros pela primeira vez desde 2007, enquanto o BCE se prepara para ajudar os países da Zona do Euro que terão dificuldade de financiamento diante de uma liquidez menor.

Subida de taxas de juros em países desenvolvidos é, em geral, má notícia para economias emergentes, estando associada a forte aumento do custo de suas dívidas a partir de uma maior aversão ao risco.

As repercussões financeiras de um aperto monetário nos EUA para os emergentes dependem de dois fatores-chave. O primeiro deles é a sua intensidade. O segundo são as condições domésticas nos próprios mercados emergentes: países com maiores vulnerabilidades tendem a ser mais sensíveis a uma determinada elevação das taxas americanas.

No começo do ano, havia um consenso de que a alta dos juros americanos não traria uma aversão maior ao risco, já que a **inflação** tendia a ser temporária. No entanto, depois de a **inflação** surpreender por mais de um ano, com o desemprego nos EUA perto do menor patamar da história desde a década de 70, a percepção mudou -será necessário levar os juros americanos para um nível de fato mais restritivo.

Como o Brasil se apresenta nesse cenário? Um bom caminho é compararmos o momento atual com o último ciclo de aperto dos juros americanos, começado em setembro de 2015.

Depois de crescer 0,5% em 2014, o Brasil entrou em recessão no segundo semestre de 2015, dando início ao que seria a pior recessão de nossa história. Ao longo de 2015 e 2016, o **PIB** recuou 6,7%, e o desemprego subiu 4,7 pontos percentuais, alcançando 11,5% no fim de 2016. Hoje, o crescimento está próximo ao potencial, e o mercado de trabalho se recupera vigorosamente, com a taxa de desemprego caminhando para abaixo de dois dígitos.

Outro ponto positivo são nossas contas externas. Em 2015, o déficit em conta-corrente era de 3,1% do **PIB**,

e no fim deste ano deverá ficar em 0,4% do **PIB**. Já a razão do preço das exportações sobre o das importações está hoje 20% maior do que em setembro de 2015.

De outro lado, em relação à **inflação**, não há o que comemorar. Em setembro de 2015, o IPCA acumulado em 12 meses era de 9,5%. Hoje temos uma **inflação** acumulada de 11,7%, mais disseminada e com núcleos mais altos. Muitas pessoas ainda acham que a situação era mais grave em 2015, já que o Brasil se comportava como um outlier em um mundo que discutia "estagnação secular". Infelizmente, não há alívio algum em estarmos em ambiente global inflacionário, muito pelo contrário.

Do ponto de vista fiscal, permanecemos frágeis. Desde 2015, a dívida pública aumentou 13 pontos percentuais do **PIB** e apresenta um perfil pior (é mais curta e mais indexada à Selic). É fato que o teto de gastos sobrevive; e, por isso, as despesas em relação ao **PIB** fecharam 2021 no menor patamar desde 2017. Mas o grande problema é que o teto é visto como passível de mudança. Primeiro pela criação do Auxílio Brasil e agora pela discussão de vale-gás, auxílio-caminhoneiro entre outras iniciativas, o que gera enorme pressão para sua completa extinção em 2023.

O Banco Central sinaliza que será necessário ter juros mais altos do que os atuais 13,25% por muito tempo para trazer a **inflação** mais perto da meta, o que, junto com crescimento mundial menor e incertezas sobre as regras fiscais, fará nosso **PIB** desacelerar. Com os bancos centrais desenvolvidos enxugando a torneira da liquidez, é provável que o real sofra depreciação, pressionando mais a **inflação** e os juros. Se as commodities caírem, o **PIB** irá desacelerar ainda mais com repercussões nas receitas que tanto têm ajudado nosso resultado fiscal. O risco de a economia brasileira entrar em recessão em 2023 não é baixo.

A conjugação de dívida alta, juros reais elevados e forte desaceleração econômica trará a discussão sobre dominância fiscal, ou seja, sobre a incapacidade do Banco Central em subir os juros de maneira incontestável sem causar piora na trajetória da dívida.

Tudo indica que a paciência dos mercados com a falta de visibilidade para 2023 tende a acabar. Pode até ser que quem esteja na cadeira de presidente faça uma arrumação inicial no próximo ano. No entanto, o cenário externo será uma restrição importante e demandará ações robustas e força política, muito além

do pragmatismo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

58

Investigação obriga Bolsonaro a agir de olho na reeleição

FRANCISCO LEALI BRASÍLIA

Em menos de duas semanas, o presidente Jair Bolsonaro, que briga com os resultados das pesquisas, colhe o dissabor de ver um ex-ministro acusado de corrupção e o presidente do principal agente financeiro de seu governo cair na malha de uma investigação sobre abusos sexuais. A apuração de seguidos casos de assédio envolvendo o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, um dos mais assíduos frequentadores das lides de Bolsonaro, pode consolidar a imagem que já aparece nas pesquisas: o governo não tem a aprovação da maioria das mulheres.

O caso sob apuração do MPF parece obrigar o presidente a agir como candidato para reduzir danos na porção do eleitorado que o segue.

Apenas agindo como presidente, Bolsonaro já deu mostras de que o tratamento dispensado às mulheres pode ser tema para os tribunais. Por coincidência, ele teve sua condenação referendada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo por ofensas graves a uma jornalista cujo conteúdo não se deve repetir.

No caso Guimarães, segundo o site Metrôpoles, estão já registrados pelo MPF depoimentos de auxiliares do chefe da Caixa narrando casos de abusos em viagens.

O presidente do banco teria predileção por estar sempre acompanhado das "bonitas". Algumas das vítimas teriam revelado que Guimarães seguia o manual do assediador: fazia abordagem insinuando querer envolvimento sexual e, em troca, falava em promoção na carreira.

Nas últimas pesquisas do Datafolha, são as eleitoras que têm percepção mais negativa de Bolsonaro e de seu governo. Se entre os homens a reprovação é de 43%, entre as mulheres alcança 52%. Também são elas com maior desconfiança do que o presidente fala, 57% - entre os homens, o indicador é de 48%. O eleitorado feminino também é pessimista em relação ao cenário econômico. A maioria acredita que a **inflação** aumentará e atesta que a situação do País piorou.

A investigação contra Guimarães põe em xeque o discurso de proteção aos valores da família que o

governo propaga. Em dezembro de 2019, Bolsonaro foi ao Tocantins. Guimarães estava junto. "Nós temos um presidente, agora, que respeita a família.

Parece que é uma coisa que não é importante. É importante sim.

A família é a base da sociedade.

Um governo que é temente a Deus. O Estado é laico, mas eu sou cristão. E ponto final", discursou o presidente.

A proximidade de Guimarães e Bolsonaro é tamanha que o economista que dirige a Caixa chegou a ser cotado para vice na chapa eleitoral. Agora, pode valer a máxima: o que atinge o primeiro, respinga no segundo. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Nova presidente da Caixa é vista como "braço direito" de Guedes

Nomeada para assumir o comando da Caixa Econômica Federal no lugar de Pedro Guimarães - que perdeu o posto por conta de denúncias de assédio sexual, que motivaram a abertura de investigação no Ministério Público Federal -, Daniella Marques é uma espécie de "braço direito" do ministro da Economia, Paulo Guedes, desde os tempos em que Guedes atuava na iniciativa privada.

Ela estava no comando da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do ministério desde o começo do ano. Na função, vinha liderando projetos voltados para o público feminino, no qual o presidente Jair Bolsonaro amarga forte rejeição na sua campanha à reeleição.

Formada em Administração pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e com MBA em Finanças pelo Ibmec/RJ, a nova presidente do banco estatal atuou antes por 20 anos no mercado financeiro. Ela foi sócia de Guedes na Bozano Investimentos, no Rio de Janeiro, e deixou a gestora em 2019 para trabalhar com o ministro como assessora especial.

Presente desde a campanha de 2018, Daniella tem a confiança do presidente Bolsonaro, e já chegou a participar das tradicionais lives de quinta-feira organizadas pelo chefe do Executivo - justamente para divulgar ações do Ministério da Economia voltadas às mulheres.

PROGRAMA DE CRÉDITO. Daniella foi responsável por costurar o programa "Brasil Pra Elas", uma política de crédito voltada para estimular o empreendedorismo feminino no País. A medida, que faz parte de um pacote que pretende movimentar entre R\$ 82 bilhões e R\$ 100 bilhões em operações de crédito, foi lançada em março passado, no último Dia Internacional das Mulheres.

Pouco depois, ela passou a comandar o comitê nacional do programa, que tem como parceiros o Sebrae, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional do Comércio (CNC), o Banco do Brasil e governos estaduais e municipais, além da própria Caixa. No último fim de semana, Daniella tinha, por exemplo, viagem marcada a Belo Horizonte com a "Caravana Brasil Pra Elas", em que se promoveram cursos de capacitação e palestras para "alavancar a

participação feminina nos negócios", de acordo com informações divulgadas no site do Ministério da Economia.

Em abril, em um encontro com empresários, ela acompanhou o tom das falas do ministro da Economia ao minimizar as projeções do mercado para a economia em 2022, como estagnação do Produto Interno Bruto (**PIB**) no ano e risco de descontrole da agenda fiscal.

Segundo afirmou à época, os resultados de novos leilões e a trajetória de recuperação dos empregos formais são os pontos que sustentam o otimismo do governo. Daniella cutucou ainda governos estaduais e locais ao dizer que "bondades" como aumentos de salário para o funcionalismo só foram possíveis graças ao governo federal.

"Assim, todos os prefeitos e governadores ficaram bons gestores", destacou no evento.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Comissão aprova orçamento secreto obrigatório

NATÁLIA PORTINARI
natalia.portinari@bsb.oglobo.com.br **BRASÍLIA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Estados querem adiar teto de ICMS para 2024

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Teto de gasto será inviável a partir de 2027, defende Tesouro

Edna Simão De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260?page=1§ion=1

Economistas alertam para impacto fiscal das medidas

Rafael Rosas Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187260?page=1§ion=1